

O planejamento da paisagem histórica: o paradigma europeu e o caso da Toscana (Itália)¹

Scienza in azione

Ilaria Agostini*

* University of Bologna, assistant professor in Urban and regional planning and design; mail: ilaria.agostini@unibo.it.

Abstract.1 *The concept of landscape in European culture, from Petrarca to Camporesi, from Marc Bloch to Sereni, is the subject of the lecture here transcribed, held in the PhD course in Urban planning at a university in Brazil, where planning faces territories which man has had no time to "elevate to the rank of landscape through a slow and unremitting cohabitation" (Lévi-Strauss 1955). Conversely, in the old Continent forms and modes of living have their roots in archaic civilisations: territorial transformation constantly renews, confirms or destroys ancient settlement structures. In Italy, both non-urban and urban historical landscapes are therefore highly human labour-intensive artefacts. Planning treats both according to similar principles: since the 1960s, every old town is considered a monument as a whole in the complexity of physical, aesthetic and social relationships existing between prominent buildings and minor architecture; today, the attribution of cultural-asset value to rural territories as a whole is at an advanced stage of definition: which is evident in the case of Tuscany, described at the end of the paper.*

Keywords: *landscape; Italy; Europe; landscape planning; Tuscany.*

Riassunto. *Il concetto di paesaggio nella cultura europea, da Petrarca a Camporesi, da Marc Bloch a Sereni, è il tema della lezione qui trascritta, tenutasi presso il dottorato in Urbanistica di un'università del Brasile, Paese dove la pianificazione fronteggia territori che l'uomo non ha avuto il tempo di "elevare al rango di paesaggio attraverso una lenta e incessante coabitazione" (LÉVI-STRAUSS 1955). Al contrario, Nel vecchio continente forme e modi dell'abitare hanno radici che affondano nelle civiltà arcaiche: le trasformazioni del territorio costantemente rinnovano, confermano o annientano gli assetti insediativi antichi. In Italia il paesaggio storico straordinario, al pari di quello delle città, è perciò un manufatto ad alta intensità di lavoro umano. La pianificazione interviene su entrambi secondo analoghi principi: a partire dagli anni '60 del Novecento, l'intera città storica è considerata monumento nella complessità delle relazioni fisiche, estetiche e sociali intercorrenti tra edifici eminenti ed edilizia minore; oggi, l'attribuzione di valore cultural-patrimoniale al territorio rurale nella sua interezza è in fase avanzata di definizione: ciò è evidente nel caso toscano, illustrato a conclusione del contributo.*

Parole-chiave: *paesaggio; Italia; Europa; pianificazione paesaggistica; Toscana.*

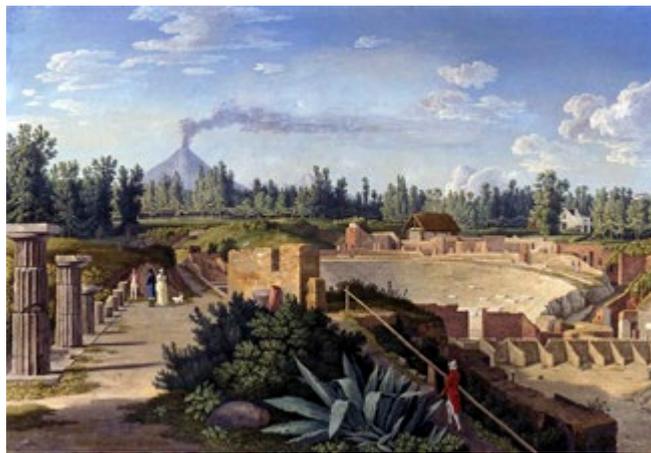
1. Definição conceptual das paisagens européias e italianas

Em uma carta datada de 1343, o poeta Francesco Petrarca descreve a paisagem dos Campos flegreus. Percorrendo a região, densa de vestígios antigos e caracterizada pela ação de uma natureza vulcânica que condiciona continuamente a fisionomia, o literato é movido pelo espanto. Esta sensação resulta em igual medida do artifício humano e da conformação dos lugares: "*In me non magis facies locorum, quam labor artificum coegit*" (PETRARCA 1859, I, 261). No reconhecimento da paisagem como manifestação sensível da interação entre fatores naturais e antrópicos,

¹ O presente texto é a transcrição da aula ministrada no âmbito dos doutorados (*Colegiado do Programa de Pós-Graduação*) em *Arquitetura e Urbanismo* e em *Geografia* da Universidade Federal de Minas Gerais (Brasil) em maio 2015. Agradeço Gerson J. de Mattos Freire por me ter estimulado a atravessar o Atlântico e a me dedicar a esta síntese.

Scienza in azione

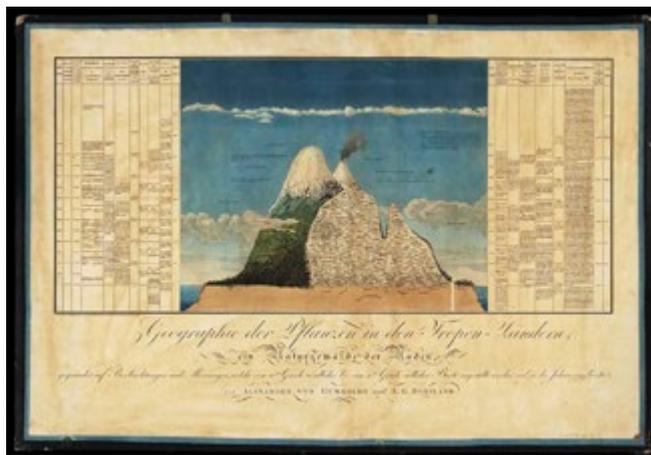
Fig. 1. Jakob Philip Hackert (1737-1807), *Gli scavi di Pompei*. As paisagens dos arredores de Nápoles no sul da península itálica, são modeladas pela natureza vulcânica e pela intensa obra antrópica. Entre Setecentos e Oitocentos esta região é meta privilegiada da viagem em Itália (Pozzuoli, Baia, o lago de Averno que na mitologia é identificado com a entrada do inferno, Pompéia e Herculano recém-descoberto, o Vesúvio em pleno paroxismo etc.).



A passagem do pitoresco à cientificidade, “do sentimento à análise”, acontece nas primeiras décadas do século XIX graças a Alexander von Humboldt, geógrafo alemão e viajante incansável, que reveste de rigor científico – tipicamente burguês – o conceito de paisagem até então âmbito exclusivo das disciplinas artísticas. A transição do estágio da “contem-

plação” estética ao estágio da “consideração pensante, ou seja da consideração científica” (VON HUMBOLDT 1845, I, 21) é um lento trabalho que atravessa a imponente e enciclopédica obra de Humboldt. A mais evidente expressão desse avançamento foi reconhecida pela crítica na deslocação *ad infinitum* do centro de projeção das imagens geográficas contidas nas *Vues des Cordillères* (1813), modalidade gráfica que engendra aquela “substituição das qualidades pitorescas do espaço com sua forma quantitativa, premissa e condição de sua calculabilidade por parte do leitor” (FARINELLI 1981, 152), mas que conserva todavia a idéia de uma possível reconciliação entre geometria e pitoresco.

Fig. 2. Alexander von Humboldt, *Geographie der Pflanzen in den Tropen-Ländern; ein Naturgemälde der Anden gegründet auf Beobachtungen und Messungen, welche vom 10.ten Grade nördlicher bis 10.ten Grade südlicher Breite angestellt worden sind, in den Jahren 1799 bis 1803, 1856*. As representações sinóticas de seção e de frente das montanhas são uma das invenções do geógrafo alemão. Em cada faixa de altitude são assinaladas as espécies vegetais correspondentes.



Paul Vidal de la Blache, historiador de “mentalidade geográfica” (CLAVAL 1993, 30), exerce sua investigação sobre o cruzamento das relações entre fatores humanos e fatores fisiográficos no interior de ambientes geográficos identitariamente definidos. “*L’histoire d’un peuple est inséparable de la contrée qu’il habite*”, se lê na introdução

de Vidal de la Blache ao *Tableau de la géographie de la France* publicado em 1903, onde a França é definida como “*être géographique*” dotado de uma personalidade e de uma individualidade evidenciadas pela ação humana, “*comme une médaille frappée à l’effigie d’un peuple*” (*ibidem*, 20).

Nos *Principes de géographie humaine* publicados dezoito anos mais tarde, em uma aparente contradição que mostra bem a complexidade do tema, Vidal sublinhará como, vice-versa, é o ambiente físico, o *milieu*, a exercer uma “*influence souveraine*” sobre o destino dos povos. O âmbito geográfico deriva prioritariamente em Vidal dos caracteres geológicos: a personalidade de uma região (*pays*)

s'exprimera dans un nom: celui d'un 'pays' qui souvent, sans être consacré par une acception officielle, se maintiendra, se transmettra à travers les générations par les paysans, géologues à leur manière. Le Morvan, l'Auxois, la Puisaye, la Brie, la Beauce et bien d'autres correspondent à des différences de sol (VIDAL DE LA BLACHE 1994, 131).

A definição da fisionomia dos *milieux*, designadamente de seu carácter geomorfológico, fisionomia da qual descende para o autor a personalidade (ou individualidade) geográfica, foi reconhecida como o principal contributo da escola vidaliana para o planeamento das paisagens regionais, instrumental para a operação de reconhecimento dos caracteres identitários dos âmbitos paisísticos nos quais o plano é operativo. Mérito, finalmente, do geógrafo francês é o desenvolvimento do conceito de *genre de vie* como “o conjunto das práticas, das técnicas e dos modelos mentais através dos quais um grupo humano sobrevive no seio de um determinado ambiente físico” (FARINELLI, 2003, 116).

As *thèses* de geografia regional derivadas do ensino académico de Vidal de la Blache “se fundem no conceito de paisagem e no uso da máquina fotográfica: a região e a paisagem significam um único espaço, um espaço à medida do homem, que só pode ser percorrido a passo de homem e à vista de homem cabalmente reproduzível” (FARINELLI 1981, 158).

Orlando Ribeiro, fundador da escola geográfica lisboeta, assume as hipóteses teóricas da geografia regional e as põe em prática operativamente no mundo lusófono e no mundo mediterrâneo com os quais demonstra invariável familiaridade. Ribeiro produz estudos corográficos onde a interpretação dos quadros terrestres, de que são salientados com força analítica os sinais da presença de grupos humanos, é confiada a uma sapiente e saborosa narração de grande qualidade literária. Notáveis as páginas dedicadas às expressões locais da cultura material, fruto de civilizações que se afirmaram com caracteres originais mutantes de bairro em bairro e de século em século: “A civilização [...] é uma espécie de *condomínio* científico por onde o geógrafo vem abrindo um dos mais seguros trilhos de explicação” (RIBEIRO 1992 [1961], 9). A corografia se configura profundamente culturalista.

O exercício da percepção sensível dos lugares, nomeadamente da observação visual, é outro dado central no trabalho de Ribeiro: “o olho geográfico” é sem dúvida o instrumento de base para a elaboração interpretativa. “As formas, os sítios, as paisagens, constituem o campo de trabalho do geógrafo. Mas, partindo da observação, ele ascende ao homem, não só na sua vida hodierna, como na longa caminhada que as civilizações percorrem no tempo, enriquecendo-se ou deteriorando-se” (RIBEIRO 1992, 10).

A escola de geografia regional francesa encontra na obra de Aldo Sestini uma sua versão italiana, cujos caracteres principais são porém evidentes: *Il paesaggio*, texto muito difuso no país, é um repertório das paisagens nacionais descritas com magistral precisão e cor, pelo geógrafo florentino. As descrições têm por objetivo, segundo as intenções do autor, caracterizar a “paisagem geográfica sensível”, entendida como “apresentação dos elementos objetivos visíveis à observação direta, em si, e nas recíprocas relações espaciais” (SESTINI 1963, 11). O texto constitui uma louvável tentativa de classificação sistemática dos tipos de paisagem da península itálica: noventa e cinco tipos, dos quais alguns ulteriormente divididos em subtipos, reagrupados em nove “formas ou grandes categorias”. A arquitetura geográfico-tipológica de Sestini é diretamente utilizável “para a construção de quadros cognoscitivos comuns e adequados a consubstanciar os planos paisísticos previstos – para efeitos de planeamento – pelo Código dos Bens Culturais e da Paisagem” (ROMBAI 2012).

Já os estudos juvenis de Lucio Gambi haviam abordado o tema da individuação e da classificação de ‘tipos’ geográficos, manifestando precocemente *l’esprit de géométrie* que caracterizou toda sua produção. No livro dedicado à *Casa rural na Romanha* (GAMBI 1950) o jovem geógrafo demonstra ser um válido intérprete das localidades humanas, descritas segundo categorias não imunes à lição dos *Tipos geográficos* de Olinto Marinelli (1921).

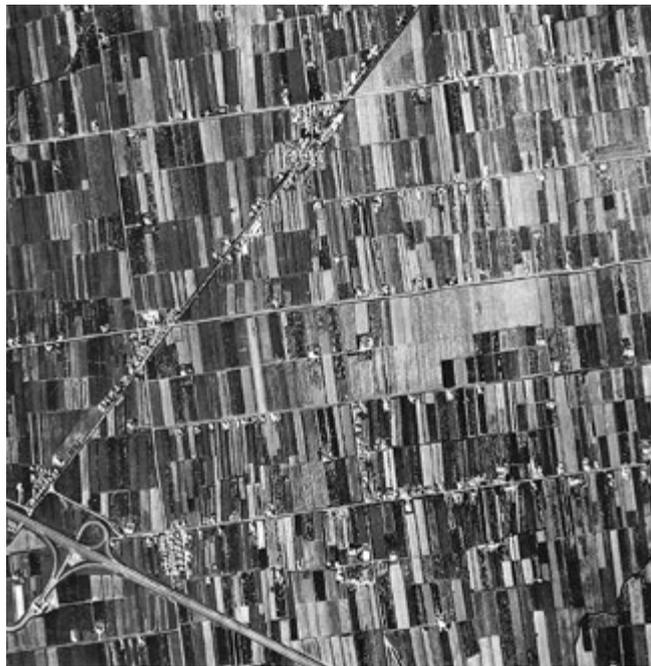


Fig. 3. A divisão em centúrias na área oriental da planície do rio Pó remonta ao século III-II antes de Cristo: trata-se da organização do território agrícola em quadrados de 710 metros de largura. Esta geometria determina ainda hoje a forma da implantação humana. A estrada em diagonal, de origem romana, liga a cidade ao porto marítimo que fica a cerca de 15 km de distância. Fotografia IGM GAI, 1954.

No que respeita ao contributo teórico (para a prática de planejamento) oriundo da disciplina dos estudos históricos, é antes de mais necessário considerar o estudo dos caracteres originais das paisagens rurais francesas magistralmente levado a cabo por Marc Bloch e publicado em 1931. Nesse texto, como em todo seu trabalho, o historiador francês, militante na escola dos ‘Annales’, “mostrou sempre a história em ação no modelar as paisagens e os sistemas de cultivo” (LE GOFF 1980, 11); paisagens agrá-

rias que são portanto investigadas através de documentos não só bibliográficos, mas – em conformidade com os preceitos da *nouvelle histoire* definida por Le Goff “a história sem os textos e além dos textos” – através de fontes múltiplas entre as quais se destaca, por sua riqueza, o estudo cadastral da conformação dos terrenos e da distribuição das localidades humanas. Os primeiros capítulos do livro são dedicados à original definição dos caracteres dos sistemas agrários que constituem a principal dicotomia paisagística da França setentrional e central: o sistema dos campos fechados, ou *bocage*; e o sistema da “rotação forçada” (*Flurzwang*) e “*vaine patûre* obrigatória” (BLOCH 1973, 47), que pode ser sintetizada na expressão inglesa *openfield*.

Campagnes ombriennes do francês Henri Desplanques é um texto que se inscreve no sulco da lição de Marc Bloch, coadjuvado pelas competências técnicas em matéria geomorfológica à maneira de Vidal: é uma importante “descrição e explicação” das paisagens de cultivo promíscuo na parte central da cordilheira dos Apeninos fotografados no momento da ruptura dos equilíbrios sócio-econômicos tradicionais. A obra, escrita no início dos anos 60, é fruto não só de rigorosas pesquisas históricas no sentido clássico do termo, mas também de numerosos e repetidos trabalhos de campo em centros e aldeias, e de inquéritos junto de seus habitantes. O conhecimento físico dos lugares, percursos e vivências (mesmo na esfera metafísica), resulta assim o instrumento primário para a descrição: testemunho disso é o arquivo fotográfico do autor, que mostra uma Úmbria com características tradicionais na qual a crise agrícola ainda não imprimiu os sinais do abandono da montanha e do desmantelamento da “*mezzadria* clássica”; nas décadas imediatamente seguintes, as cultivações “*mezzadrili*” serão deixadas ao abandono nas áreas de colina, substituídas pelo modelo urbano-industrial, nas planícies.

Como já foi sublinhado em relação ao trabalho de Sestini (1963), trata-se também neste caso de um patrimônio cognoscitivo ainda hoje válido no planejamento da paisagem na individuação dos âmbitos paisísticos, mas também na indicação de possíveis transformações na continuidade histórico-geográfica e sob o signo da retro-inovação, ou seja no interior de um projeto paisístico cujas regras de transformação se baseiam no reservatório dos conhecimentos locais e das modalidades antigas de gestão duradoura dos recursos.

Em relação à lição de Desplanques e de Sestini, se situa – embora em posição antitética – o estudo das paisagens italianas do historiador marxista Emilio Sereni: sua *Storia del paesaggio agrario italiano* (1961) é uma leitura sistemática desde as paisagens da antiguidade às grandes transformações da modernidade, ao longo de toda a península itálica, levada à cabo através do reconhecimento da iconografia: o sistema agro-silvo-pastoral do Apenino representado nos afrescos de Giotto; o jardim à italiana nas lunetas de Justus van Utens, etc. Sereni reconstrói as hipotéticas feições das paisagens agrárias desaparecidas, a partir das sugestões propostas pelos testemunhos coevos:

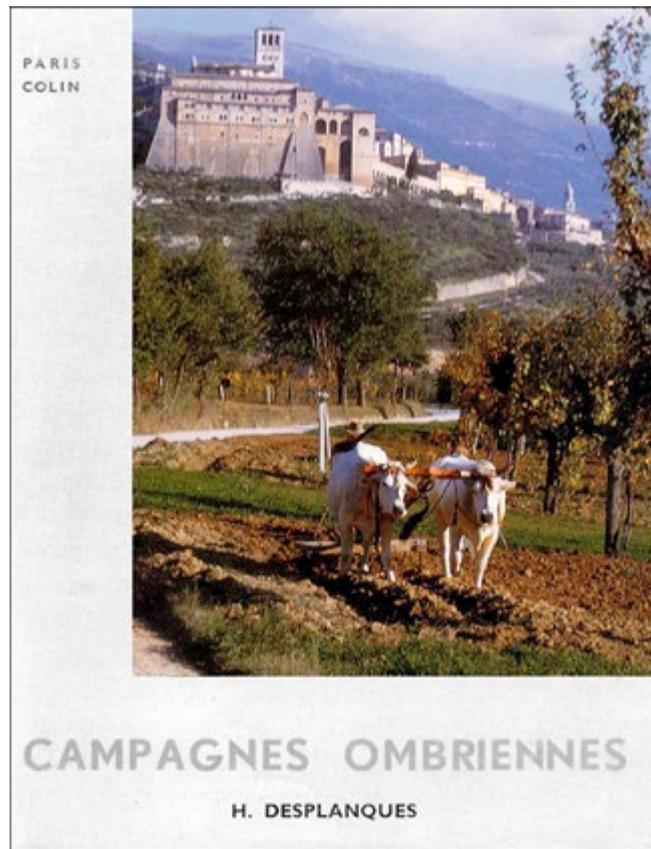


Fig. 4. Henri Desplanques, *Campagnes ombriennes. Contribution à l'étude des paysages ruraux en Italie centrale*, Armand Colin, Paris, 1969.

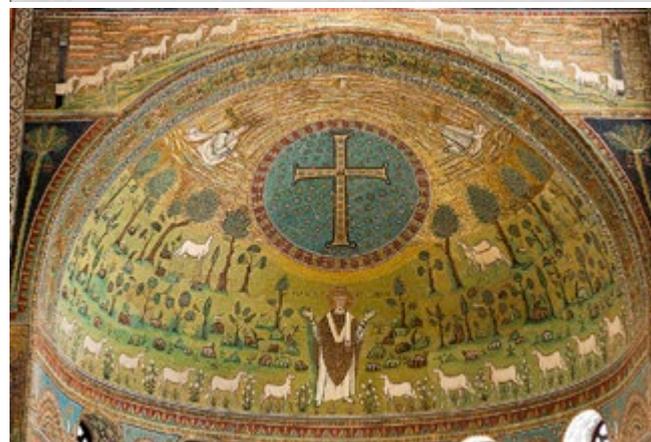


Fig. 5. O mosaico na absida da Basílica de Santo Apolinário em Classe, Ravena, século VI depois de Cristo: a paisagem alto-medieval do *saltus*, território largamente inculto e pantanoso, com prevalência do pastoreio em detrimento da atividade agrícola. O império romano de ocidente ruiu, e os efeitos se repercutem na gestão de território, as águas invadem as terras saneadas, as cidades recuam.



Fig. 6. Os arredores de Bolonha (XVII século). A “alberata” era a paisagem típica das grandes planícies italianas. Campos de cereais ritmados por fileiras de árvores (choupos, bordos, etc.) “casadas” à vinha. A vinha, planta trepadeira, não cresce em altura automaticamente: por isso a sabedoria camponesa colocou a seu lado a árvore, cujas folhas eram alimento para os animais de trabalho. Uma técnica antiga, hoje suplantada pela monocultura industrial.

das pinturas de Pompéia o campo das vivendas romanas; dos mosaicos de Ravena o afirmar-se da pastorícia e a desagregação do império. Esta original linha de pesquisa, baseada na associação conceptual da “paisagem pictórica e paisagem real”, ou seja do patrimônio histórico-artístico e paisagens nacionais, produziu um texto que ainda hoje, há mais de cinquenta anos de sua publicação, representa o mais completo contributo para a iniciação ao tema.

Noutra perspectiva, o historiador Piero Camporesi forneceu interessantes idéias para uma original definição das paisagens obscuras, hipogéias, horrendas. Lugares povoados por “malditos”, impostores, alquimistas, operários forçados a ofícios ignóbeis no subsolo urbano e nas minas, ou operários empenhados no “inferno dos ofícios” em tinturarias, curtumes, esgotos, cemitérios, etc. Merece particular atenção um texto – *Le belle contrade. Nascita del paesaggio italiano* (CAMPORESÌ 1992) – no qual o historiador romanholo passa em revista a “invenção, ou construção da paisagem” italiana entre os séculos XVI e XVII. Isto é, antes do grande banquete turístico do *Voyage d’Italie* e do *Grand Tour* que fornecerá estereótipos que se afirmarão globalmente. Camporesi segue a formação da percepção paisagística através de um denso panorama literário e documental. Memoráveis as páginas dedicadas à paisagem urbana da Bolonha seiscentista, cidade secreta e operária, onde cada casa alberga imponentes (e secretas) máquinas de fiar a seda, movidas por canais em grande parte subterrâneos (e hoje desaparecidos), não visível aos olhos do visitante.

Importante por fim, o enquadramento no interior das “paisagens arqueológicas” (CAMPORESÌ 1992, 158-161) daqueles âmbitos regionais onde são conservadas as técnicas agrárias históricas de ascendência plurimilenar. Nomeadamente, o estudo da “história do vinho e da cultura da vinha, de que a história civil descende” (ivi, 159) se demonstra fecundo para a interpretação das paisagens. O desenvolvimento deste tema de pesquisa, na região tirrênica entre Roma e Nápoles vista através da lente dos viajantes franceses na Itália no período napoleônico, forneceu uma chave interpretativa que confere às paisagens agrárias históricas a dignidade de monumentos culturais (AGOSTINI 2009).

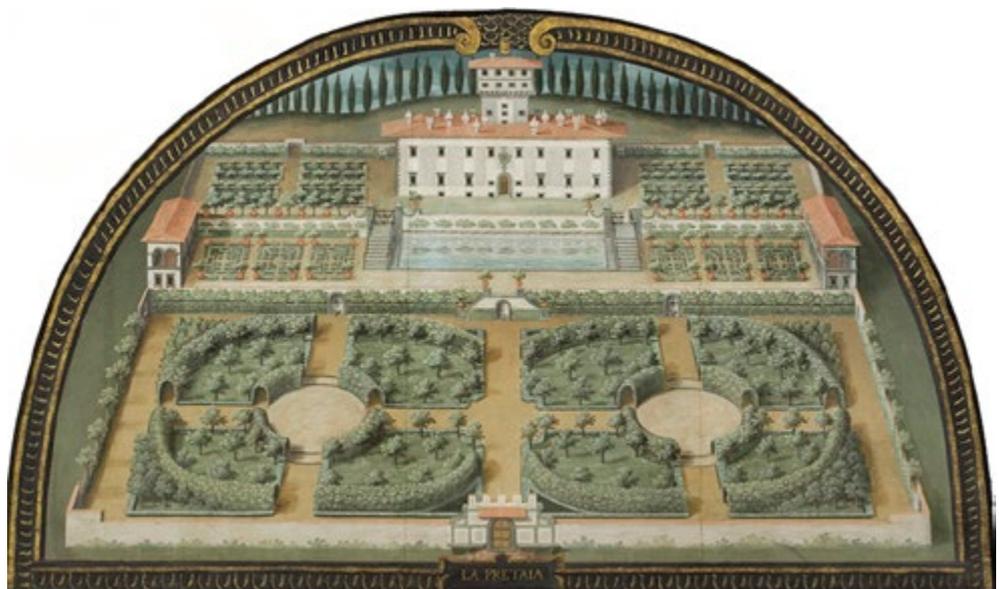


Fig. 7. Justus Utens, *Villa La Petraja*, Florença, século XVI. O jardim à italiana das casas de campo é a representação em miniatura da paisagem regional: o bosque, o campo e a cidade construída com sebes de buxo (*Buxus sempervirens*).

2. Um caso a aprofundar: o planejamento da paisagem da “mezzadria” na Toscana

Scienza in azione

A Toscana se torna, no decurso do século XX, um dos símbolos da beleza da paisagem européia. Se trata na realidade de uma construção simbólica de longa data. Na época napoleônica, o paradigma interpretativo da paisagem toscana está já estabelecido: Simonde de Sismondi, historiador suíço, exilado na Toscana, se torna o cantor das paisagens regionais. No *Tableau de l'agriculture toscane* (1801) o genebrino descreve as qualidades da amada paisagem adotiva. Preponderante na definição do quadro ambiental é o papel das paisagens agrárias, eivado de anotações de caráter antropológico.

No campo toscano as formas da paisagem que sobreviveram às grandes transformações contemporâneas têm origem na civilização da “mezzadria”. O contrato de “mezzadria”, implementado no fim do primeiro milênio da era cristã e caído em desuso há cerca de cinqüenta anos, é uma forma de parceria de terreno estabelecida entre o proprietário e o chefe de família: a família se compromete a viver na propriedade, a residir nela, a se empenhar a tempo inteiro no trabalho da terra do senhorio (na qual é mão-de-obra exclusiva) e a ficar com metade do produto dos campos. Este tipo de relação contratual tem importantes conseqüências no ordenamento do território, ainda hoje bem legíveis, que podemos resumir nos seguintes traços: aglomerados dispersos de casas monofamiliares na propriedade; retículo denso de estradas, lotes de modesta dimensão; intensa modelação das encostas (lombas ou socialcos segundo a qualidade geológica do substrato); variedade de cultivo.

Esse último elemento – o policultivação – apresenta, do ponto de vista da conservação, o maior grau de fragilidade, e merece por isso uma reflexão mais atenta. A dependência vital do colono da metade da colheita o obriga à produção mais variada no mínimo espaço; no mesmo campo o colono assegura assim para si, pelo menos os elementos da tríade alimentar mediterrânea – pão de trigo, azeite, vinho – conferindo variedade pictórica ao quadro; o trigo é semeado entre fileiras de vinhas enlaçadas à árvore segundo o antigo costume, e unidas a oliveiras (DESPLANQUES 1959). Culturas hortícolas, plantas têxteis, criação de animais de pequeno porte, bosques de carvalhos para o pasto suíno e para o aprovisionamento da lenha, enriquecendo a complexidade ambiental da “mezzadria”.



Fig. 8. Ambrogio Lorenzetti, *Gli effetti del buon governo*, afresco, Palácio público da cidade de Siena, século XIV. Nesta alegoria da boa governação, a cidade prospera dentro dos muros, circundada por seu território agrícola e floresta: o “contado” (do latim *comitatus*). A *Securitas* domina a paisagem da “mezzadria” com a força na mão. Na cartela se lê: «cada qual, livre, caminhe sem medo! e trabalhando a terra, semeie! visto que esta comunidade mantém no governo essa mulher que retirou todo poder aos fora-da-lei».

Os caracteres paisísticos da “mezzadria” foram-se sedimentando com particular força expressiva em um território em grande parte constituído por depósitos soltos (seixos, areias, argilas) de idade pliocênica, no interior de fundões intermontanhosos de origem tectônica, ou seja em quadros de colinas com horizonte plano sublinhado à margem da massa azul do Apenino que, na distância, faz de moldura (cfr. GREPPI 1989-1992).

A paisagem da “mezzadria” está desde há algumas décadas no centro do planeamento regional. Os Planos Territoriais de Coordenação Provincial (PTCP)² das províncias de Siena e de Arezzo, coordenados por Gian Franco Di Pietro, se distinguem pelo método rigoroso de análise alargado aos valores paisísticos do território na sua inteireza, que é repartido em âmbitos e fichas, funcionais para a definição do planeamento a nível municipal. A salvaguarda da fruição paisística dos monumentos (e através dos monumentos) e do contorno agrícola de núcleos e pequenas cidades é pretexto para uma tentativa de proteção pertinente, hoje retomada na nova lei urbanística, sobre a qual voltaremos a falar nas conclusões da presente conferência (DI PIETRO 2002; 2004).

A recuperação ambiental dos socalcos históricos na região do Chianti está delineada no manual *Il Chianti fiorentino: un progetto per la tutela del paesaggio* e é praticada no bairro de Làmole. Ambas as obras – o guia e a recuperação – são de autoria do urbanista Paolo Baldeschi; a recuperação da encosta em socalcos teve aliás importantes reflexos na qualidade dos vinhos que ali foram produzidos sancionando de fato a coincidência entre beleza da paisagem e gastronomia de qualidade (BALDESCHI 2000). À área do Chianti é dedicado o *Guia para a recuperação* da arquitetura rural entendida como elemento constitutivo das paisagens regionais (AGOSTINI 2011). Ambos os guias são virados para a recuperação do *savoir-faire* artesanal e para a divulgação do conhecimento como instrumento para a manutenção e para a reprodução evolutiva do património. Os mesmos constituem um modelo inovador de regulamentação construtiva e agronômico-territorial, passível de ser acolhido com vantagem pelos instrumentos urbanísticos (VANNETIELLO 2009, 122).



Fig. 9. O resultado do restauro paisagístico de socalcos para o cultivo da vinha a Làmole, Greve in Chianti (Florença). Fotografia: reterurale.it.

² Os Planos Territoriais de Coordenação Provincial (PTCP) são introduzidos pela L. 142/1990 e, na Toscana, assumem valência paisagística com a LRT 5/1995. Planos territoriais paisísticos estavam já previstos pela L. 1497/1939, tornados depois obrigatórios e de competência regional pela chamada lei Galasso (L. 431/1985).

Como conclusão desta resenha queremos pôr em evidência um duplo capítulo de planeamento regional: o plano paisagístico toscano (MARSON 2016) e a nova lei urbanística regional. O plano paisagístico da Região Toscana, implementado pela assessora Anna Marson (que é docente universitária de Planeamento do território no IUAV de Veneza), assinado pelas cinco universidades toscanas (Università di Firenze, Università di Siena, Università di Pisa, Scuola Superiore Sant'Anna e Scuola Normale di Pisa) e coordenado por Paolo Baldeschi, tenta pôr em prática políticas locais coordenadas e homogêneas numa ótica de aumento da qualidade dos ambientes de vida, da salvaguarda e da reproduzibilidade das paisagens regionais. A atribuição de valor cultural ao ambiente rural, hipótese que constitui o estímulo para a abordagem "territorialista", é assegurada pela definição de "patrimônio territorial" como "conjunto das estruturas de longa duração produzidas pela co-evolução entre ambiente natural e estabelecimentos humanos, cujo valor é reconhecido pelas gerações presentes e futuras" (LR 65/2014, art. 3).

O plano (a par da lei urbanística regional) põe de fato em prática a passagem dos conceitos economicistas de *recurso-prestação territorial*, ao conceito de matriz ecologista de *patrimônio territorial* (MAGNAGHI 2010), ou seja a passagem de valor de troca (recursos) a valor de existência e de uso (patrimônio); o planeamento paisagístico progride assim da embora complexa, e necessária, salvaguarda dos recursos para a "promoção e garantia de reprodução do patrimônio territorial" atribuindo, positivamente, aceção genético-evolutiva aos futuros planos e projetos urbanístico-territoriais (LR 65/2014, art. 89), planos que, segundo as disposições do Código, nascerão do próprio plano paisagístico³. No centro da arquitetura conceptual destes atos de governo do território está o objetivo de alcançar um equilíbrio estável entre urbano e rural, que se realiza a partir da tomada de consciência do papel multifuncional da agricultura na salvaguarda hidrogeológica, na manutenção da qualidade paisagística e da biodiversidade, e no incremento do bem-estar generalizado (também econômico) da população. A contenção do consumo das terras férteis, nesta ótica, resulta por isso inadiável.

O Plano paisagístico regional realizou um importante quadro cognoscitivo, ábacos e "normas figuradas" para a gestão das transformações, prefigurando um novo papel para os "projetos de território", ao passo que a lei urbanística regional – interpretando em sentido identitário os caracteres estruturais rurais e urbanos – promove e garante a reprodução do patrimônio territorial: ambos os atos de governo se apóiam numa abordagem multidisciplinar.

Textos de referência

- AGOSTINI I. (2009), *Il paesaggio antico. Res rustica e classicità tra XVIII e XIX secolo*, Aiòn, Firenze.
- AGOSTINI I. (2011), *La casa rurale in Toscana. Guida al recupero*, Hoepli, Milano.
- BALDESCHI P. (2000 - ed.), *Il Chianti fiorentino: un progetto per la tutela del paesaggio*, Laterza, Roma-Bari.
- BLOCH M. (1973), *I caratteri originali della storia rurale francese*, Einaudi, Torino (orig. 1931).
- CAMPORESI P. (1992), *Le belle contrade. Nascita del paesaggio italiano*, Garzanti, Milano.
- CLAVAL P. (1993), *L'evoluzione storica della geografia umana*, Franco Angeli, Milano (orig. 1964).
- DESPLANQUES H. (1969), *Campagnes ombriennes. Contribution à l'étude des paysages ruraux en Italie centrale*, Armand Colin, Paris.
- DI PIETRO G.F., GOBBÒ T. (2002), "Il paesaggio come fondamento del PTCP di Siena", *Urbanistica Quaderni*, n. 36 (num. monografico *Il piano territoriale di coordinamento della Provincia di Siena*), pp. 116-118.

³O Plano territorial com valor de Plano Paisagístico em vigor no art. 143 do DL 42/2004 (*Código dos bens culturais e da paisagem*) pode ser consultado no seguinte endereço: <<http://www.regione.toscana.it/-/piano-di-indirizzo-territoriale-con-valenza-di-piano-paesaggistico>>.

- DI PIETRO G.F., BOLLETTI S. (2004 - ed.), "Il piano territoriale di coordinamento della Provincia di Arezzo", *Urbanistica Quaderni*, n. 40.
- FARINELLI F. (1981), *Storia del concetto geografico di paesaggio*, in *Paesaggio. Immagine e realtà*, Electa, Milano, pp. 151-158.
- FARINELLI F. (2003), *Geografia. Un'introduzione ai modelli del mondo*, Einaudi, Torino.
- GAMBI L. (1950), *La casa rurale nella Romagna*, Centro studi per la geografia etnologica, Firenze.
- GAMBI L. (1983), *Una geografia per la storia*, Einaudi, Torino.
- GREPPI C. (1990-1993 - ed.), *Quadri ambientali della Toscana*, Marsilio, Venezia, 3 voll.
- LE GOFF J. (1980), *La nuova storia*, in LE GOFF J. (a cura di), *La nuova storia. Orientamenti della storiografia francese*, Mondadori, Milano (orig. 1979).
- LÉVI-STRAUSS C. (1955), *Tristes tropiques*, Plon, Paris.
- MAGNAGHI A. (2010), *Il progetto locale. Verso la coscienza di luogo*, Bollati Boringhieri, Torino.
- MARSON A. (2016 - ed.), *La struttura del paesaggio. Una sperimentazione multidisciplinare per il Piano della Toscana*, Laterza, Bari.
- PETRARCA F. (1859), *Epistolae de rebus familiaribus et variae*, Le Monnier, Firenze.
- RIBEIRO O. (1992), *Geografia e civilização. Temas portugueses*, Horizonte, Lisboa (orig. 1961).
- ROMBAI L. (2012), "Il paesaggio di Aldo Sestini (1963). Cinquant'anni dopo", *Ri-Vista. Ricerche per la progettazione del paesaggio*, n. 17, pp. 221-225.
- SERENI E. (1963), *Storia del paesaggio agrario italiano*, Laterza, Bari.
- SESTINI A. (1963), *Il paesaggio*, TCI, Milano.
- SIMONDE DE SISONDI J. (1801), *Tableau de l'agriculture toscane*, Paschoud, Genève.
- VANNETIELLO D. (2009), *Verso il progetto di territorio. Luoghi, città, architetture*, Aión, Firenze.
- VIDAL DE LA BLACHE P. (1994), *Tableau de la géographie de la France*, La table ronde, Paris (prima ed. 1903).
- VON HUMBOLDT A. (1845), *Kosmos. Entwurf einer physischen Weltbeschreibung*, Cotta, Stuttgart-Tübingen.

Ilaria Agostini, PhD, is assistant professor in Urban and regional planning and design at the University of Bologna). Her research deals with the individuation of the urban and regional 'longue durée' characters and with their transposition in planning codes at the regional, urban and architectural scale.

Ilaria Agostini è dottoressa di ricerca e ricercatrice in Pianificazione e progettazione urbanistica e territoriale all'Università di Bologna. Le sue ricerche vertono sull'individuazione dei caratteri urbani e territoriali di lunga durata e sulla loro trasposizione in codici di Piano alla scala regionale, urbana e architettonica.

La pianificazione dei paesaggi storici: il paradigma europeo e il caso toscano¹

Ilaria Agostini

1. La definizione concettuale dei paesaggi europei ed italiani

In una lettera datata 1343, il poeta Francesco Petrarca descrive al cardinale Colonna il paesaggio dei Campi flegrei. Nel percorrere la regione, densa di vestigia antiche e caratterizzata dall'opera di una natura vulcanica che continuamente ne stravolge la fisionomia, il letterato è mosso allo stupore. La sensazione è generata in pari misura dall'artificio umano e dalla conformazione dei luoghi: "come alla natura de' luoghi, così al magistero dell'arte rimasi ammirato".² Nel riconoscimento del paesaggio come manifestazione sensibile dell'interazione tra fattori naturali e antropici, l'intuizione di Petrarca si rivela estremamente precoce e anticipatrice di una sensibilità tutta europea che costituisce il fondamento culturale, nonché l'originalità, del progetto di tutela e di trasformazione dei paesaggi del vecchio continente. Il concetto di paesaggio, centrale oggi nella cultura urbanistica italiana, prende forma nel lungo dibattito storico-geografico europeo che ripercorriamo a grandi passi nelle righe seguenti.

Il passaggio dal pittoresco alla scientificità, "dal sentimento all'analisi", avviene nei primi decenni del XIX secolo ad opera di Alexander von Humboldt, geografo tedesco e viaggiatore infaticabile, che riveste di rigore scientifico – prettamente borghese – il concetto di paesaggio fino ad allora ambito esclusivo delle discipline artistiche. La transizione dallo stadio della "contemplazione" estetica a quello della "considerazione pensante, ovvero della considerazione scientifica" (VON HUMBOLDT 1845, I, 21) è un lento lavoro che attraversa l'enciclopedica fatica humboldtiana. La più evidente espressione di tale avanzamento è stata riconosciuta dalla critica nello spostamento *ad infinitum* del centro di proiezione delle immagini geografiche contenute nelle *Vues des Cordillères* (1813), modalità grafica che genera quella "sostituzione delle qualità pittoresche dello spazio con la sua forma quantitativa, premessa e condizione della sua calcolabilità da parte del lettore" (FARINELLI 1981, 152), ma che conserva tuttavia l'idea di una possibile riconciliazione tra geometria e pittoresco.

¹ Il presente testo è la trascrizione della lezione tenuta presso i dottorati di ricerca (*Colegiado do Programa de Pós-Graduação*) in *Arquitetura e Urbanismo* e in *Geografia* della Universidade Federal de Minas Gerais (Brasile) nel maggio 2015. Ringrazio Gerson J. de Mattos Freire per avermi stimolato ad intraprendere la traversata oceanica e a cimentarmi in questa sintesi.

² Nell'epistola IV del quinto libro delle *Lettere ai familiari*, Petrarca scrive: "In me non magis facies locorum, quam labor artificum coegit" (PETRARCA 1859, I, 261). La traduzione riportata nel testo è quella di Giuseppe Fracassetti (*Lettere di Francesco Petrarca*, Le Monnier, Firenze, 1864, vol. II, p. 19).

Paul Vidal de la Blache, storico dell'antichità dalla "mentalità geografica" (CLAVAL 1993, 30), esercita la propria indagine sulle relazioni incrociate di fattori umani e fattori fisiografici all'interno di ambienti geografici identitariamente definiti. "La storia di un popolo è inseparabile dalla contrada in cui esso abita"³, si legge nell'introduzione al *Tableau de la géographie de la France* edito nel 1903, dove la Francia è definita quale "être géographique" dotato di una personalità e di un'individualità messa in luce dall'opera umana, "come una medaglia con l'effigie della popolazione"⁴ (ivi, 20). Nei *Principes de géographie humaine* editi a distanza di diciotto anni, in un'apparente contraddizione che mostra la complessità del tema, Vidal sottolineerà come, viceversa, sia l'ambiente fisico, il *milieu*, ad esercitare un'"influence souveraine", un'influenza sovrana sul destino dei popoli. L'ambito geografico deriva prioritariamente in Vidal dai caratteri geologici: la personalità di una regione (*pays*)

si esprimerà [...] in un nome: quello di un "pays" che spesso, senza essere consacrato da un'accezione ufficiale, sarà mantenuto e trasmesso attraverso le generazioni dai contadini, geologi a loro modo. Il Morvan, l'Auxois, la Puisaye, la Brie, la Beauce e molti altri corrispondono a differenze dei suoli.⁵

La definizione della fisionomia dei *milieux*, segnatamente nel loro carattere geomorfologico, fisionomia dalla quale discende per l'autore la personalità (o individualità) geografica, è stata riconosciuta come il principale contributo della scuola vidaliana alla pianificazione dei paesaggi regionali, strumentale all'operazione di riconoscimento dei caratteri identitari degli ambiti paesistici su cui il piano si trova ad agire. Ascrivibile, infine, al geografo francese è la messa a punto del concetto di *genre de vie* (genere di vita) come "l'insieme delle pratiche, delle tecniche e dei modelli mentali per mezzo dei quali un gruppo umano sopravvive in seno a un determinato ambiente fisico" (FARINELLI 2003, 116).

Le *thèses* di geografia regionale derivanti dall'insegnamento accademico di Vidal de la Blache "si fondano sul concetto di paesaggio e [sul]l'uso della macchina fotografica: la regione e il paesaggio significano un unico spazio, uno spazio a misura d'uomo, soltanto a passo d'uomo percorribile e a vista d'uomo compiutamente riproducibile" (FARINELLI 1981, 158).

Orlando Ribeiro, fondatore della scuola geografica lisboeta, assume le ipotesi teoriche della geografia regionale e le mette a frutto operativamente nel mondo lusofono e in quello mediterraneo con i quali dimostra invariabile familiarità. Ribeiro produce studi corografici dove l'interpretazione dei quadri terrestri, di cui sono rimarcati con forza analitica i segni della presenza di gruppi umani, è affidata ad una sapiente e sapida narrazione di grande qualità letteraria.

³ "L'histoire d'un peuple est inséparable de la contrée qu'il habite".

⁴ "Comme une médaille frappée à l'effigie d'un peuple".

⁵ "S'exprimera [...] dans un nom: celui d'un 'pays' qui souvent, sans être consacré par une acception officielle, se maintiendra, se transmettra à travers les générations par les paysans, géologues à leur manière. Le Morvan, l'Auxois, la Puisaye, la Brie, la Beauce et bien d'autres correspondent à des différences de sol" (VIDAL DE LA BLACHE 1994, 131).

Notevoli le pagine dedicate alle espressioni locali della cultura materiale, frutto di civiltà affermatesi con caratteri originali mutanti di contrada in contrada e di secolo in secolo: "La civilizzazione [...] è una specie di *condominio* scientifico attraverso il quale il geografo si apre sicuri sentieri di interpretazione"⁶. La corografia si configura profondamente culturalista.

L'esercizio della percezione sensibile dei luoghi, in particolare dell'osservazione visiva, è un altro dato centrale nel lavoro di Ribeiro: l'occhio geografico – "*o olho geográfico*" – è senza dubbio lo strumento di base per l'elaborazione interpretativa. "Le forme, i luoghi, i paesaggi, costituiscono il campo di lavoro del geografo. Ma, a partire dall'osservazione, egli arriva all'uomo, non solo nella sua vita odierna ma anche nel cammino che le civiltà hanno percorso nel tempo, arricchendosi o deteriorandosi"⁷.

La scuola di geografia regionale francese trova nell'opera di Aldo Sestini una sua versione italiana, i cui caratteri precipi sono però evidenti: *Il paesaggio*, testo molto diffuso nel paese, è un regesto dei paesaggi nazionali descritti con magistrale precisione e colore dal geografo fiorentino. Le descrizioni mirano, secondo le intenzioni dell'autore, a caratterizzare il "paesaggio geografico sensibile", inteso come la "presentazione degli elementi oggettivi manifesti all'osservazione diretta, in sé e nei reciproci rapporti spaziali" (SESTINI 1963, 11). Il testo costituisce un mirabile tentativo di classificazione sistematica dei tipi di paesaggio peninsulari: novantacinque tipi, di cui alcuni ulteriormente divisi in sottotipi, raggruppati in nove "forme o grandi categorie". L'architettura geografico-tipologica di Sestini è direttamente utilizzabile, come richiamato da Leonardo Rombai, "per costruire quadri conoscitivi condivisi e adeguati a dare sostanza ai piani paesistici previsti – a fini di pianificazione – dal Codice dei beni culturali e del paesaggio" (ROMBAI 2012). Già gli studi giovanili di Lucio Gambi, geografo ravennate, avevano affrontato il tema dell'individuazione e della classificazione di 'tipi' geografici, manifestando precocemente l'*esprit de géométrie* che ne ha caratterizzato l'intera produzione. Nel libro dedicato alla *Casa rurale nella Romagna* (GAMBI 1950) il giovane geografo si dimostra capace interprete delle sedi umane, descritte secondo categorie non scerve dalla lezione dei *Tipi geografici* di Olinto Marinelli (1921).

Sul fronte del contributo teorico alla pratica pianificatoria proveniente invece dalla disciplina degli studi storici, è innanzitutto necessario soffermarsi sullo studio dei caratteri originali dei paesaggi rurali francesi condotto magistralmente da Marc Bloch e pubblicato nel 1931. In questo testo come in tutto il suo lavoro, lo storico francese, militante nella scuola delle 'Annales' che contribuì a fondare, "ha sempre mostrato la storia all'opera nel modellare i paesaggi e i sistemi di coltivazione" (LE

GOFF 1980, 11); paesaggi agrari che vengono investigati quindi attraverso documenti non solo bibliografici, ma – in conformità coi precetti della *nouvelle histoire* definita da Le Goff "la storia senza i testi e oltre i testi" – attraverso fonti molteplici tra cui spicca per ricchezza lo studio catastale della conformazione dei terreni e della distribuzione delle sedi umane. I primi capitoli del libro sono dedicati alla originale definizione dei caratteri dei sistemi agrari che costituiscono la principale dicotomia paesaggistica della Francia non occitana (e riscontrabile in larga parte dell'Europa media e atlantica): il sistema dei campi chiusi, o *bocage*, e il sistema della "rotazione coatta" (*Flurzwang*) e compascuo coatto (*vaine patûre obligatoire*, BLOCH 1973, 47), sintetizzabile nell'espressione inglese *openfield*, campi aperti. Un testo che si iscrive nel solco della lezione blochiana, cui sono affiancate competenze tecniche in materia geomorfologica alla Vidal, è *Campagnes ombriennes* del sacerdote francese Henri Desplanques: un'importante "descrizione e spiegazione" dei paesaggi della coltura promiscua dell'Italia appenninica centrale fotografati nel momento della rottura degli equilibri socio-economici tradizionali. L'opera, redatta nei primi anni '60, è frutto non solo di rigorose ricerche storiche classicamente intese, ma anche di numerosi e ripetuti sopralluoghi in ogni centro e villaggio e di inchieste presso gli abitanti. La conoscenza fisica dei luoghi, percorsi e vissuti (anche nella sfera metafisica), risulta così lo strumento primario per la descrizione: ne è testimonianza l'archivio fotografico dell'autore, che raffigura un'Umbria dai tratti tradizionali su cui la crisi agricola non ha ancora impresso i segni dell'abbandono della montagna e della dismissione delle colture mezzadrili; nei decenni immediatamente successivi, queste ultime saranno stravolte dall'incolto, in collina, e dall'affermarsi del modello urbano-industriale, nelle pianure.

Come già si è sottolineato in merito al lavoro di Sestini (1963), si tratta anche in questo caso di un patrimonio conoscitivo ancora oggi valido nella pianificazione del paesaggio: nell'individuazione, ad esempio, degli ambiti paesistici come prevista ai sensi del CBCP o nell'indicazione di possibili trasformazioni nella continuità storico-geografica e nel segno della retroinnovazione, ovvero all'interno di un progetto paesistico in cui le trasformazioni traggano le regole dal serbatoio delle conoscenze locali e delle modalità antiche di gestione durevole delle risorse.

Su posizione antitetica rispetto alla lezione di Desplanques e di Sestini, si pone lo studio dei paesaggi italiani dello storico marxista Emilio Sereni: la sua *Storia del paesaggio agrario italiano* (1961) è una lettura sistematica dei paesaggi dall'antichità alle grandi trasformazioni della modernità, lungo l'intera penisola, attuata attraverso la ricognizione dell'iconografia: il sistema agro-silvo-pastorale dell'Appennino rappresentato negli affreschi di Giotto; il giardino all'italiana nelle lunette dell'Utens etc. Sereni ricostruisce le ipotetiche fattezze dei paesaggi agrari scomparsi, a partire dai suggerimenti offerti dalle testimonianze coeve: dalle pitture pompeiane, la campagna della villa romana; dai mosaici di Ravenna, l'affermarsi della pastorizia alla disgregazione dell'impero.

⁶"A civilização [...] é uma espécie de condomínio científico por onde o geógrafo vem abrindo um dos mais seguros trilhos de explicação" (RIBEIRO 1992, 9).

⁷"As formas, os sítios, as paisagens, constituem o campo de trabalho do geógrafo. Mas, partindo da observação, ele ascende ao homem, não só na sua vida hodierna como na longa caminhada que as civilizações percorrem no tempo, enriquecendo-se ou deteriorando-se" (ivi, 10).

Questo originale taglio d'indagine, giocato sull'associazione concettuale di "paesaggio pittorico e paesaggio reale", ovvero di patrimonio storico-artistico e paesaggi nazionali, ha prodotto un testo che tutt'oggi, a più di cinquant'anni dalla sua pubblicazione, rappresenta il più completo contributo per l'iniziazione al tema.

Su un altro versante, Piero Camporesi, storico *sui generis*, ha offerto interessanti spunti per una originale definizione dei paesaggi oscuri, ipogei, orridi. Luoghi popolati da "maledetti", impostori, alchimisti, operai costretti ai mestieri ignobili nel sottosuolo urbano e nelle miniere, o mestieranti dediti all'"inferno dei mestieri" in tintorie, conche, fogne, cimiteri, etc.. Merita soffermarsi in particolare su un testo camporesiano – *Le belle contrade. Nascita del paesaggio italiano* (1992) – nel quale lo storico romagnolo ripercorre l'"invenzione, o costruzione del paesaggio" italiano tra Cinque e Seicento, prima cioè dell'abbuffata turistica del *Voyage d'Italie* e del *Grand Tour* che fornirà stereotipi affermatosi globalmente. L'autore segue la formazione della percezione paesaggistica attraverso un corposo panorama letterario e documentario. Memorabili le pagine dedicate al paesaggio urbano della Bologna secentesca, città segreta e operaia, dove ogni casa ospita imponenti filatoi per la seta, mossi da canali in gran parte sotterranei (e oggi scomparsi), risulta celata agli occhi del visitatore. Importante infine l'inquadramento all'interno dei "paesaggi archeologici" (CAMPORRESI 1992, 158-161) di quegli ambiti regionali dove sono conservate le tecniche agrarie storiche di ascendenza plurimillenaria; in particolare, lo studio della "storia del vino e della coltivazione della vite, di cui [...] la storia civile è la propaggine" (*ivi*, p. 159), si dimostra fecondo per l'interpretazione dei paesaggi: lo sviluppo di questo tema di indagine nella regione tirrenica tra Roma e Napoli vista attraverso la lente dei viaggiatori francesi in Italia in periodo napoleonico, ha fornito una chiave interpretativa che conferisce ai paesaggi agrari storici la dignità di monumenti culturali (AGOSTINI 2009).

2. Un caso di approfondimento: la pianificazione del paesaggio della mezzadria in Toscana

La Toscana diventa, nel corso del XX secolo, uno dei simboli del "bel paesaggio" europeo. Si tratta in realtà di una costruzione simbolica di lunga data. In epoca napoleonica, il paradigma interpretativo del paesaggio toscano è ormai definito: Simonde de Sismondi, esule in Toscana, diventa il cantore dei paesaggi regionali. Nel *Tableau de l'agriculture toscane* (SISMONDI 1801) lo storico ginevrino descrive le qualità dell'amato paesaggio adottivo. Preponderante nella definizione del quadro ambientale il ruolo dei paesaggi agrari, venato di annotazioni di carattere antropologico.

In Toscana le forme dei paesaggi rurali sopravvissute alle grandi trasformazioni contemporanee sono ascrivibili alla civiltà mezzadrile. Il contratto a mezzadria, affermatosi alla fine del primo millennio dell'era cristiana e in disuso da un cinquantennio, è

una forma di colonia parziaria pattuita tra padrone della terra e capofamiglia: la famiglia si impegna a vivere sul podere, a risiedervi, a impegnarsi a tempo pieno nel lavoro della terra padronale (sulla quale è mano d'opera esclusiva) e a riservarsi la metà del prodotto dei campi. Questo tipo di rapporto contrattuale ha importanti conseguenze sull'assetto del territorio e sul paesaggio, tuttora ben leggibili, che possiamo riassumere in questi tratti: abitato disperso di case monofamiliari su podere, reticolo stradale fitto, appezzamenti di modesta dimensione, intensa modellazione dei versanti (ciglioni o terrazzi a seconda della qualità geologica del substrato), varietà culturale.

Quest'ultimo elemento – la policoltura – presenta dal punto di vista della conservazione il maggior grado di debolezza, e merita perciò soffermarvisi. La vitale dipendenza del colono dalla metà del raccolto lo costringe alla produzione più variata nel minimo spazio; nel medesimo campo il mezzadro si assicura perciò almeno gli elementi della triade alimentare mediterranea – pane, olio, vino – conferendo varietà pittorica al quadro; il grano è seminato tra filari di viti maritate all'albero secondo l'uso antico, e consociate a piante di olivo (DESPLANQUES 1959). Colture orticole, piante tessili, allevamento di animali di piccola taglia, boschi di querce per il pascolo porcino e per l'approvvigionamento della legna, arricchiscono la complessità ambientale del podere mezzadrile.

I caratteri paesistici della mezzadria si sono sedimentati con particolare forza espressiva su un territorio in gran parte costituito da depositi sciolti (ciottoli, sabbie, argille) di età pliocenica, interni a conche intermontane di origine tettonica, ovvero in quadri collinari dall'orizzonte piatto sottolineato al margine dalla massa azzurra dell'Appennino che, in distanza, funge da cornice (cfr. GREPPI 1990-1993).

Il paesaggio mezzadrile è da qualche decennio al centro della pianificazione regionale. I PTCP⁸ delle province di Siena e di Arezzo, coordinati da Gian Franco Di Pietro, si distinguono per il metodo rigoroso di analisi esteso ai valori paesistici del territorio nella sua interezza, che viene ripartito in ambiti e schede, funzionali alla definizione della pianificazione di livello comunale. La tutela della fruizione paesistica dei monumenti (e dai monumenti) e dell'intorno agricolo di nuclei e piccole città è l'occasione per un tentativo di protezione pertinenziale oggi ripreso nella nuova Legge urbanistica, sulla quale torneremo nelle conclusioni della presente lezione (DI PIETRO 2002; 2004). Il recupero ambientale dei terrazzi storici nella regione del Chianti è delineato nel manuale *Il Chianti fiorentino: un progetto per la tutela del paesaggio* ed è messo in pratica nella contrada di Làmolesse, opere entrambe – la guida e il recupero – dell'urbanista Paolo Baldeschi; il recupero del versante terrazzato ha avuto tra l'altro importanti riflessi sulla qualità dei vini che vi sono stati prodotti sancendo di fatto la coincidenza tra bel paesaggio e cibo di qualità (BALDESCHI 2000).

⁸ I Piani territoriali di coordinamento provinciale (PTCP) sono introdotti dalla L. 142/1990 e, in Toscana, assumono valenza paesaggistica con la LR 5/1995. Piani territoriali paesistici erano già previsti dalla L. 1497/1939, resi poi obbligatori e di competenza regionale dalla cosiddetta Legge Galasso (L. 431/1985).

All'area chiantigiana si è rivolta la *Guida al recupero* dell'architettura rurale intesa come elemento costitutivo dei paesaggi regionali (AGOSTINI 2011). Entrambe le guide, volte a recuperare il *savoir-faire* artigiano e a sviluppare la divulgazione della conoscenza come strumento per la manutenzione e per la riproduzione evolutiva del patrimonio, costituiscono un modello innovativo di regolamentazione edilizia e agronomico-territoriale, recepibile con vantaggio dagli strumenti urbanistici (VANNETIELLO 2009, 122).

A conclusione di questa rassegna si mette in luce un duplice capitolo di pianificazione regionale: la redazione del piano paesaggistico toscano (MARSON 2016) e la riscrittura della Legge urbanistica regionale. Il piano paesaggistico della Regione Toscana, voluto dall'assessore Anna Marson (che è docente universitaria di Pianificazione del territorio presso lo IUAV di Venezia), redatto dai cinque atenei toscani (Università di Firenze, Università di Siena, Università di Pisa, Scuola Superiore Sant'Anna e Scuola Normale di Pisa) e coordinato da Paolo Baldeschi, tenta la messa in pratica di politiche locali coordinate e omogenee nel segno dell'innalzamento della qualità degli ambienti di vita, della tutela e della riproducibilità dei paesaggi regionali. L'attribuzione di valore culturale all'ambiente rurale, ipotesi che costituisce lo scatto in avanti dell'approccio 'territorialista', è assicurata dalla definizione di "patrimonio territoriale" quale "insieme delle strutture di lunga durata prodotte dalla coevoluzione fra ambiente naturale e insediamenti umani, di cui è riconosciuto il valore per le generazioni presenti e future" (LR 65/2014, art. 3). Il piano (di pari passo con la Legge urbanistica regionale) mette infatti in pratica il passaggio dai concetti economicistici di *risorsa-prestazione territoriale*, a quello di matrice ecologista di *patrimonio territoriale* (MAGNAGHI 2010), ovvero il passaggio da valore di scambio (risorse) a valore di esistenza e d'uso (patrimonio); la pianificazione paesistica progredisce così dalla pur complessa, e necessaria, tutela delle risorse alla "promozione e garanzia di riproduzione del patrimonio territoriale" attribuendo, positivamente, accezione genetico-evolutiva ai futuri piani e progetti urbanistico-territoriali (LR 65/2014, art. 89) che, secondo le disposizioni del Codice, discenderanno dal piano paesaggistico stesso.⁹ Al centro dell'architettura concettuale di questi atti di governo del territorio è il raggiungimento di un equilibrio stabile tra urbano e rurale, che si realizza a partire dalla presa d'atto del ruolo multifunzionale giocato dall'agricoltura nella salvaguardia idrogeologica, nel mantenimento della qualità paesaggistica e della biodiversità, e nell'incremento del benessere diffuso (anche economico) della popolazione. Il contenimento del consumo delle terre fertili, in quest'ottica, risulta perciò improrogabile.

⁹Il Piano di indirizzo territoriale con valore di Piano Paesaggistico in attuazione dell'art. 143 del DL 42/2004 (*Codice dei beni culturali e del paesaggio*) e dell'art. 33 della Legge regionale 1/2005 (*Norme per il governo del territorio*), è consultabile all'indirizzo: <<http://www.regione.toscana.it/-/piano-di-indirizzo-territoriale-con-valenza-di-piano-paesaggistico>> (ultima visita: aprile 2016).

Il Piano paesaggistico regionale ha realizzato un importante quadro conoscitivo (fisiografico, estetico, antropico), abachi e "norme figurate" per la gestione delle trasformazioni, prefigurando un nuovo ruolo ai "progetti di territorio", mentre la Legge urbanistica regionale – interpretando in senso identitario i caratteri strutturali rurali e urbani – promuove e garantisce la riproduzione del patrimonio territoriale: entrambi gli atti di governo fanno leva su approccio multidisciplinare.

Riferimenti bibliografici

- AGOSTINI I. (2009), *Il paesaggio antico. Res rustica e classicità tra XVIII e XIX secolo*, Aión, Firenze.
- AGOSTINI I. (2011), *La casa rurale in Toscana. Guida al recupero*, Hoepli, Milano.
- BALDESCHI P. (2000 - a cura di), *Il Chianti fiorentino: un progetto per la tutela del paesaggio*, Laterza, Roma-Bari.
- BLOCH M. (1973), *I caratteri originali della storia rurale francese*, Einaudi, Torino (orig. 1931).
- CAMPORISI P. (1992), *Le belle contrade. Nascita del paesaggio italiano*, Garzanti, Milano.
- CLAVAL P. (1993), *L'evoluzione storica della geografia umana*, Franco Angeli, Milano (orig. 1964).
- DESPLANQUES H. (1969), *Campagnes ombriennes. Contribution à l'étude des paysages ruraux en Italie centrale*, Armand Colin, Paris.
- DI PIETRO G.F., GOBBÒ T. (2002), "Il paesaggio come fondamento del PTCP di Siena", *Urbanistica Quaderni*, n. 36 (num. monografico *Il piano territoriale di coordinamento della Provincia di Siena*), pp. 116-118.
- DI PIETRO G.F., BOLLETTI S. (2004 - a cura di), "Il piano territoriale di coordinamento della Provincia di Arezzo", *Urbanistica Quaderni*, n. 40 (num. monografico).
- FARINELLI F. (1981), *Storia del concetto geografico di paesaggio*, in *Paesaggio. Immagine e realtà*, Electa, Milano, pp. 151-158.
- FARINELLI F. (2003), *Geografia. Un'introduzione ai modelli del mondo*, Einaudi, Torino.
- GAMBI L. (1950), *La casa rurale nella Romagna*, Centro studi per la geografia etnologica, Firenze.
- GAMBI L. (1983), *Una geografia per la storia*, Einaudi, Torino.
- GREPPI C. (1990-1993 - a cura di), *Quadri ambientali della Toscana*, 3 voll., Marsilio, Venezia.
- LE GOFF J. (1980), *La nuova storia*, in Id. (a cura di) *La nuova storia. Orientamenti della storiografia francese*, Mondadori, Milano (orig. 1979).
- LÉVI-STRAUSS C. (1955), *Tristes tropiques*, Plon, Paris.
- MAGNAGHI A. (2010), *Il progetto locale. Verso la coscienza di luogo*, Bollati Boringhieri, Torino.
- MARSON A. (2016 - a cura di), *La struttura del paesaggio. Una sperimentazione multidisciplinare per il Piano della Toscana*, Laterza, Roma-Bari.
- PETRARCA F. (1859), *Epistolae de rebus familiaribus et variae*, Le Monnier, Firenze.
- RIBEIRO O. (1992), *Geografia e civilização. Temas portugueses*, Horizonte, Lisboa (orig. 1961).
- ROMBALI L. (2012), "Il paesaggio di Aldo Sestini (1963). Cinquant'anni dopo", *Rivista ricerche per la progettazione del paesaggio*, n. 17, pp. 221-225.
- SERENI E. (1963), *Storia del paesaggio agrario italiano*, Laterza, Bari.
- SESTINI A. (1963), *Il paesaggio*, TCI, Milano.
- SIMONDE DE SISMONDI J. (1801), *Tableau de l'agriculture toscane*, Paschoud, Genève.
- VANNETIELLO D. (2009), *Verso il progetto di territorio. Luoghi, città, architetture*, Aión, Firenze.
- VIDAL DE LA BLACHE P. (1994), *Tableau de la géographie de la France*, La table ronde, Paris (ed. or. 1903).
- VON HUMBOLDT A. (1845), *Kosmos. Entwurf einer physischen Weltbeschreibung*, Cotta, Stuttgart-Tübingen.

Didascalie

Figura 1. Jakob Philip Hackert (1737-1807), *Gli scavi di Pompei*. Il paesaggio dei dintorni di Napoli è modellato dalla natura vulcanica e dall'intensa opera antropica. Tra Sette e Ottocento la regione partenopea è meta privilegiata del viaggio in Italia (Pozzuoli, Baia, il lago di Averno identificato nel mito come l'accesso agli inferi, Pompei e Ercolano appena scoperte, il Vesuvio in pieno parossismo etc.).

Figura 2. Alexander von Humboldt, *Geographie der Pflanzen in den Tropen-Ländern; ein Naturgemälde der Anden gegründet auf Beobachtungen und Messungen, welche vom 10.^{ten} Grade nördlicher bis 10.^{ten} Grade südlicher Breite angestellt worden sind, in den Jahren 1799 bis 1803, 1856*. Le rappresentazioni sinottiche della sezione e del fronte montano sono una delle invenzioni del geografo tedesco. Ad ogni fascia di altitudine sono segnate le specie vegetali corrispondenti.

Figura 3. La centuriazione della pianura romagnola risale al III-II secolo a.C.: il territorio rurale è scompartito in "quadre" di circa 710 metri di lato. Questa geometria determina ancora oggi la forma dell'insediamento umano. La strada in diagonale, l'attuale Cesena-Cervia, è anch'essa di probabile impianto romano. Fotografia IGM GAI, 1954.

Figura 4. Henri Desplanques, *Campagnes ombriennes. Contribution à l'étude des paysages ruraux en Italie centrale*, Armand Colin, Paris, 1969.

Figura 5. Il mosaico absidale della Basilica di Sant'Apollinare in Classe, VI sec. d.C., rappresenta il paesaggio altomedievale del *'saltus'*, territorio largamente incolto e impaludato, con pastorizia prevalente sull'attività agricola. L'impero romano d'occidente è ormai decaduto, e gli effetti si ripercuotono sulla gestione del territorio, le acque invadono le terre bonificate, le città si ritraggono.

Figura 6. I dintorni di Bologna in una pittura di anonimo fiammingo, XVII sec. L'"alberata" ha costituito per millenni il paesaggio delle grandi pianure italiane, dal Friuli a Napoli. Campi di cereali ritmati da filari di alberi (pioppi, aceri etc.) "maritati" alla vite. La vite, arbusto rampicante, non cresce in altezza autonomamente: la sapienza contadina gli perciò ha affiancato l'albero, le cui foglie erano alimento per gli animali da lavoro. Un sistema antico oggi soppiantato dalla monocultura industriale.

Figura 7. Giusto Utens, *Villa La Petraja*, Firenze, XVI sec. Il giardino all'italiana delle ville medicee è la rappresentazione in miniatura del paesaggio regionale: il bosco, la campagna e la città costruita con le siepi di bosso (*Buxus sempervirens*).

Figura 8. Ambrogio Lorenzetti, *Gli effetti del buon governo*, Palazzo pubblico di Siena, 1340 circa. Nella rappresentazione allegorica del buon governo, la città prospera entro le mura, al centro del proprio territorio: il "contado" (dal latino *comitatus*). Il paesaggio della mezzadria è determinato da una relativa sicurezza politica: la *Securitas* domina infatti la scena con la forca in mano. Nel cartiglio si legge: ognuno, libero, cammini senza paura, e lavorando la terra, ciascuno semini; poiché questo comune mantiene al governo questa donna che ha levato ogni potere ai fuorilegge.

Figura 9. Il risultato del recupero paesaggistico dei terrazzi vitati a Lamole, Greve in Chianti. Fotografia: <www.reterurale.it>.